

INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS E AÇÕES DOS AGENTES INTERNOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Paulo Roberto da Cunha

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: pauloccsa@furb.br
Fone: (47) 3321-0565

Francisco Carlos Fernandes

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: franciscofernades@furb.br
Fone: (47) 3321-0565

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar como as características e ações, relacionadas ao tamanho, à composição e à independência, dos diferentes agentes internos da governança corporativa podem influenciar na qualidade das demonstrações contábeis. Realizou-se pesquisa exploratória de cunho predominantemente qualitativo. As técnicas de coletas de dados foram *focus group*, entrevista e *survey*. Os participantes do *focus group* e das entrevistas foram pessoas com participação em algum órgão de GC e experiência em pesquisa. A *survey* foi realizada com uma amostra de 31 membros associados do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com base no *constructo* da pesquisa elaborou-se os instrumentos de coleta de dados – roteiro de condução do *focus group* e das entrevistas e questionário da *survey*. Para a análise dos dados, utilizou-se análise de conteúdo para o *focus group* e entrevistas e a entropia informacional para a *survey*. Concluiu-se que as características e ações ligadas à categoria independência refletem na qualidade das demonstrações contábeis. A quantidade de conselheiros independentes (categoria tamanho), a composição exclusiva de membros independentes no comitê de auditoria ou um comitê de auditoria composto por membros do conselho da administração, desde que se tenha uma proporção elevada de membros independentes (categoria composição), não puderam ser confirmadas nem negadas, demandando mais investigações, haja vista a dispersão de respostas observadas por meio da entropia informacional.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Agentes da Governança Corporativa. Qualidade das demonstrações contábeis.

Área Temática: Contabilidade para Usuários Externos.

1 INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa se constitui em um conjunto de relacionamentos entre acionistas, conselheiros, diretores e demais órgãos de gestão e controle das organizações, com o intuito de estabelecer e manter uma estrutura que direcione ao atendimento dos objetivos da empresa, otimizando os recursos e, por consequência, seu desempenho, com garantias para todas as partes envolvidas, de forma a facilitar o acesso contínuo ao capital.

Shleifer e Vishny (1997) destacam que a Governança Corporativa lida com as formas pelas quais os investidores buscam se assegurar do retorno sobre o investimento efetuado nas organizações, com o estabelecimento de um conjunto de restrições para reduzir a alocação errada de recursos das organizações pelos gestores *ex post*, de tal forma que induzam investidores a fornecerem mais recursos *ex ante*.

A discussão sobre o aprimoramento da governança corporativa nas organizações surgiu mediante constatações de expropriação da riqueza dos acionistas por parte dos gestores em organizações com estrutura de propriedade pulverizada. Além disso, tal aprimoramento também foi desencadeado por meio dos acionistas minoritários sobre os acionistas controladores nas organizações com estrutura de propriedade concentrada (SILVEIRA, 2004).

Na separação entre propriedade e controle são estabelecidos contratos entre o dono do capital e o gestor do capital, denominados por Jensen e Meckling (1976) de Principal e Agente, para minimizar conflitos de interesse entre as partes, visto que, a propriedade e o controle não são mais exercidos pelo Principal.

Neste contexto contratual estabelecido, o estudo da governança corporativa está preocupado com a compreensão dos mecanismos para mitigar os problemas de incentivos criados pela separação de gestores e financiadores nas entidades empresariais. A contabilidade fornece aos financiadores informações avaliadas de forma independente sobre o desempenho dos gestores. Nesse contexto fica claro que a governança corporativa e a contabilidade estão interligadas (SLOAN, 2001).

A contabilidade é um ingrediente chave no processo de governança corporativa. Um conjunto complexo de instituições e regras evoluiu para facilitar o processo de informação financeira. Informações financeiras fornecidas por este processo se constituem em *inputs* importantes para os mecanismos de governança (SLOAN, 2001).

Entretanto, verifica-se que instituições responsáveis pela informação financeira nos mercados de capital estão sofrendo com a queda da qualidade dos relatórios financeiros. Relatórios sobre o colapso da Enron, a falência da WorldCom, e uma lista crescente de falhas e fracassos, expuseram manipulações maciças de informação financeira por parte da gestão, falhas inexplicáveis no processo de auditoria independente, revelações surpreendentes de furos nas práticas e padrões dos relatórios financeiros e lapsos impressionantes de governança corporativa (SUTTON, 2002).

Nesse sentido, observa-se crescente discussão sobre a necessidade de aprimoramento nos mecanismos de Governança Corporativa. Destaca-se que os debates sobre o tema aumentaram consideravelmente após o ano de 2002, com os problemas de governança corporativa ocorridos no mercado de capitais norte-americano, o mais sofisticado do mundo e considerado até então como exemplo de modelo de governança para todos os mercados (SILVEIRA, 2004).

Os problemas de governança corporativa têm atraído cada vez mais a atenção das autoridades públicas, haja vista que promovem desajustes sociais no curto prazo (demissões, lacunas no mercado, etc.) e problemas potenciais no longo prazo, decorrentes da fuga dos investidores, aumento do custo de capital e redução de investimentos (SILVEIRA, 2004).

Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2004) destacam que uma das mais importantes funções que a governança corporativa pode desempenhar é garantir o processo da informação financeira. Porém, as pesquisas têm encontrado uma associação entre as fraquezas na

governança com a baixa qualidade das demonstrações contábeis, a manipulação de resultados, a fraude nas demonstrações contábeis e fraquezas nos controles internos (BEASLEY, 1996; DECHOW, SLOAN e SWEENEY, 1996; MCMULLEN, 1996; BEASLEY, CARCELLO e HERMANSON, 2000; CARCELLO e NEAL, 2000; KLEIN, 2002). Estas pesquisas trazem relações dos diferentes agentes internos da governança corporativa, denominados por Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2004) de comitê de auditoria, conselho de administração, auditores internos, auditores externos e a administração da empresa.

Pesquisas têm demonstrado a relação da qualidade das demonstrações contábeis com os agentes internos da governança corporativa relacionando-se características e ações desses agentes internos. Entretanto, estas pesquisas demonstram tais relações ainda de forma isolada, por exemplo, com o comitê de auditoria, com o conselho de administração, com os auditores internos e os externos. Porém, estudos com uma perspectiva conjunta destes agentes impactando na qualidade das demonstrações contábeis não se identificaram em pesquisas em âmbito nacional e internacional. Assim, com base no exposto estabeleceu-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como as características e ações do tipo tamanho, composição/formação e independência, dos diferentes agentes internos da governança corporativa podem influenciar na qualidade das demonstrações contábeis?

Para buscar responder a esta pergunta buscou-se verificar esta relação no entendimento dos próprios agentes internos da governança corporativa. O objetivo deste estudo é, então, identificar como as características e ações do tipo tamanho, composição/formação e independência, dos diferentes agentes internos da governança corporativa podem influenciar na qualidade das demonstrações contábeis.

O estudo se justifica na medida em que busca produzir avanço na pesquisa sobre a relação entre a governança corporativa e a qualidade das demonstrações contábeis. Ressalta-se que as fraquezas evidenciadas pelas pesquisas sobre o sistema de governança corporativa tornam a pesquisa oportuna, uma vez que se pretende contribuir no aspecto de demonstrar associação entre a percepção conjunta dos diferentes agentes internos da governança corporativa (conselhos de administração, comitês de auditoria, auditoria interna e auditoria externa) com características e ações destes agentes (tamanho, composição/formação e independência) e a qualidade das demonstrações contábeis.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa (GC) tem motivado diversas pesquisas após os vários escândalos de fraudes contábeis que abalaram o mercado financeiro nos Estados Unidos entre 2000 e 2002. Esse interesse ocorre pelo fato da GC oferecer mecanismos que promovam a minimização de problemas que possam afetar o retorno dos investimentos efetuados por diferentes investidores nas organizações.

Segundo o IBGC (2009a), a Governança Corporativa “é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle”. O IBGC (2009a) destaca ainda que “as boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade”.

Segundo Shleifer e Vishny (1997), a Governança Corporativa lida com as maneiras pelas quais os fornecedores de capital garantem que obterão para si o retorno sobre seu investimento. Os autores destacam ainda que a Governança Corporativa é o conjunto de restrições que os gestores aplicam sobre si próprios, ou que os investidores aplicam sobre os gestores, de forma a reduzir a alocação errada de recursos *ex post* e induzir os investidores a fornecerem mais recursos *ex ante*.

O conceito exposto por Shleifer e Vishny (1997) ilustra a questão da relação de

agência de Jensen e Meckling (1976), que tem seu enfoque na relação entre o Principal e o Agente. Existe uma relação contratual entre o Principal, no caso os investidores (os acionistas), com o Agente, configurado pelos gestores. Esse contrato é estabelecido pelo fato de que a propriedade e o controle não são mais exercidos pelo Principal. Existe uma separação da estrutura de propriedade e de controle, em que a existência de conflitos entre o Principal e seus contratados, os Agentes, é considerada eminente nesta relação.

Neste contexto, Silveira (2004, p. 12) expõe que “o risco de os recursos dos investidores não serem bem empregados ou serem desviados, decorre fundamentalmente da existência de uma situação de separação entre propriedade e controle, onde as pessoas que fornecem capital não participam diretamente das decisões corporativas”.

Este conflito gera os custos de agência, no qual a GC está inserida. Silveira (2004, p. 13) destaca que “a minimização dos prejuízos causados pelos conflitos de interesse entre tomadores de decisão e fornecedores de recursos depende da presença de um conjunto de mecanismos internos e externos que alinhem os interesses dos gestores aos acionistas”. O autor ressalta que “a este conjunto de mecanismos de incentivo e controle dá-se o nome de governança corporativa”.

Especificamente, no que tange à qualidade das demonstrações contábeis, Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2004) destacam mecanismos denominados de agentes externos e internos à organização. Os autores mencionam que os agentes externos à empresa são o sistema legal, os analistas financeiros, os legisladores, os reguladores, as bolsas de valores e os acionistas. Os agentes internos tem uma abordagem de agentes de governança corporativa com um relacionamento interno à empresa, representados pelo Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração, os Auditores Internos, os Auditores Externos e a Administração da empresa.

Para esta pesquisa, os agentes da Governança Corporativa utilizados são os agentes internos, sendo o conselho da administração, o comitê de auditoria, o conselho fiscal, a auditoria interna e a auditoria independente. Os gestores não incorporam o objetivo deste estudo e o Conselho Fiscal foi incorporado ao mosaico proposto Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2004, p. 89) por se tratar de um agente interno inerente a realidade brasileira.

3 QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo principal da contabilidade é fornecer informações para diversos usuários tomarem decisões. Iudícibus (2009) menciona que para tanto, há duas abordagens distintas, sendo que a primeira delas é fornecer um único conjunto de informações básicas para todos os usuários. Já a segunda é fornecer um cadastro diferenciado de informações, ou seja, para cada usuário, a contabilidade prepararia informações distintas, tendo como foco, o objetivo do usuário.

Como a segunda alternativa ocasionaria mais custos, seja de tempo ou pessoas, é preparado um único conjunto de demonstrações contábeis para atender a todos os usuários. Inclusive esta é a orientação da estrutura conceitual básica. Conforme o Pronunciamento Básico (CPC 00, 2008), as demonstrações contábeis satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas.

Para tornar a informação contábil útil para tomada de decisão, é necessário que essa tenha qualidade. Assim, surgiram as características qualitativas das demonstrações contábeis. Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que as características qualitativas foram definidas como sendo as propriedades da informação que são necessárias para torná-la útil.

O Pronunciamento Conceitual (2008) estabelece quatro principais características qualitativas que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários: a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade.

A compreensibilidade diz respeito a que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser prontamente entendidas pelos usuários. Neste sentido, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência (CPC 00, 2008). Hendriksen e Van Breda (1999) aduzem que esta característica é classificada como específica ao usuário, uma vez que a compreensão da informação proposta depende da natureza do usuário. O Pronunciamento Conceitual também ressalta que informações sobre assuntos complexos não devem ser excluídas em nenhuma hipótese, inclusive sob o pretexto de que seu entendimento seria difícil para certos usuários.

Outra característica qualitativa é a relevância. Hendriksen e Van Breda (1999) comentam que têm havido muitas definições de relevância. Os autores asseveram que em seu nível mais básico, a informação relevante é a informação pertinente à questão sendo analisada. Conforme os autores, a informação pode ser pertinente de pelo menos três maneiras: afetando metas, afetando a compreensão e afetando decisões.

A relevância para metas é alcançada quando a informação permite que as metas dos usuários sejam atingidas. É de difícil determinação quando as metas são subjetivas. A relevância para semântica é alcançada quando o destinatário da informação compreende o significado pretendido da informação divulgada. E a relevância para tomada de decisões é alcançada quando a informação facilita a tomada de decisões pelos usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

O Pronunciamento conceitual básico também apresenta um conceito de relevância. Conforme o CPC 00 (2008) as informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, auxiliando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. A estrutura conceitual ainda alerta que a relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis (CPC 00, 2008).

Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar (CPC 00, 2008). Para que alguém confie nas informações, é primordial que elas representem fielmente os fenômenos que pretendem representar e pressupõe a ausência de avaliação subjetiva e vies pessoal (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). O CPC conceitual ainda alerta que uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação que o seu reconhecimento pode, potencialmente, distorcer as demonstrações contábeis.

Por fim, há a comparabilidade, sendo esta “a qualidade da informação que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 101). Deste modo, os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial, financeira e econômica. Também serem capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades, a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira.

Uma importante implicação da característica qualitativa da comparabilidade é que os usuários devem ser informados das práticas contábeis seguidas na elaboração das demonstrações contábeis, de quaisquer mudanças nessas práticas e também o efeito de tais mudanças. Os usuários precisam ter informações suficientes que lhes permitam identificar diferenças entre as práticas contábeis aplicadas a transações e eventos semelhantes, usadas pela mesma entidade de um período a outro e por diferentes entidades (CPC 00, 2008).

Paulo (2009), a partir de revisão da literatura, menciona que a qualidade da informação

contábil pode ser considerada como um conjunto de diversas dimensões (atributos), tais como persistência, conservadorismo, gerenciamento dos resultados contábeis, qualidade na mensuração dos *accruals*, transparência, nível de *disclosure*, relação dos números contábeis com o desempenho dos preços das ações ou do valor de mercado da firma.

Desta maneira, observa-se que não há apenas os atributos expostos na estrutura conceitual básica como sendo os que caracterizam uma informação com qualidade. Verifica-se que há pesquisas com diferentes enfoques de qualidade das informações contábeis. A qualidade das demonstrações contábeis, neste estudo, se apresenta como demonstrações revestidas das características qualitativas destacadas no CPC 00 (2008) e por Hendriksen e Van Breda (1999) e ausentes de gerenciamentos de resultados. Este entendimento foi declarado aos participantes do *focus group* e das entrevistas como forma de alinhamento das concepções conceituais para realização das discussões e entrevistas.

4 MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção apresenta o delineamento da pesquisa e a identificação de sua população e amostra. Também é apresentado o *constructo* e os instrumentos de pesquisa. Por fim, discorre-se sobre a coleta dos dados e como se pretende efetuar as análises.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como exploratória e de cunho predominantemente qualitativo. Como procedimentos de coleta de dados utilizaram-se o *focus group*, entrevista e *survey*. A realização do *focus group* ocorreu para identificar dos participantes se as características e ações relacionadas ao tamanho, formação/composição e independência, dos agentes internos da GC se consubstanciam em categorias que possam se refletir na qualidade das demonstrações contábeis.

Com o mesmo objetivo, realizaram-se as entrevistas, porém, com a possibilidade de aprofundamento em aspectos para os quais observou-se menos discussão no *focus group*. Com a aplicação destas duas técnicas, foi possível estabelecer questões de forma sistematizada sobre as características e ações relacionadas ao tamanho, formação/composição e independência dos agentes internos da GC que podem refletir na qualidade das demonstrações contábeis.

Assim, com estas questões, realizou-se a *survey* com o intuito de validar as percepções obtidas no *focus group* e entrevistas e operacionalizar de forma objetiva os reflexos relacionados ao tamanho, formação/composição e independência com a qualidade das demonstrações contábeis.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para a pesquisa foi necessário selecionar três amostras. A primeira amostra se refere aos participantes do *focus group*. A segunda amostra se refere às pessoas selecionadas para entrevista, com o objetivo de encontrar e ratificar categorias observadas no *focus group*. A terceira amostra se refere aos participantes da *survey*.

Para a realização do *focus group* é necessário reunir um grupo de pessoas que contemple características semelhantes e que tenham conhecimento acerca do tema a ser discutido. Gatti (2005, p. 17) entende que o grupo “deve ter uma composição que se baseie em algumas características homogêneas dos participantes, mas com suficiente variação entre eles para que apareçam opiniões diferentes ou divergentes”.

Para realizar o *focus group*, determinou-se que os participantes deveriam ter vivência com algum órgão de Governança Corporativa. Assim, definiu-se que estes deveriam ter participado de conselho de administração, de comitê de auditoria, de conselho fiscal, de auditoria independente ou de auditoria interna de empresa. Outro aspecto foi reunir pessoas

que estejam também interessadas em contribuir com a pesquisa. Neste aspecto se pensou em professores e pesquisadores. Outras duas características também foram consideradas para esta opção: localização geográfica e disponibilidade de tempo.

Com base nestas características foram reunidos quatro participantes para a participação do *focus group*. A literatura menciona que o número de participantes em *focus group* varia de 3 a 8 participantes (FERN, 1982; TINN, 1998 e BARBOUR, 2009), o que se percebe no presente estudo. As seguintes qualificações compõem o grupo de participantes: membro de conselho fiscal; pesquisador na área de auditoria contábil e de sistemas, riscos e controle de gestão; pesquisador em Governança Corporativa e Gerente de auditoria e gestão de risco em empresa com abrangência internacional.

A seleção das pessoas para entrevistas teve como objetivo manter as características de seleção dos participantes do *focus group*. O convite para participar da entrevista ocorreu pessoalmente ou por e-mail. Foram determinadas três entrevistas individuais. Os três participantes possuem juntos as seguintes qualificações: pesquisadores; experiência como diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); diretor de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN), representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) para assuntos de contabilidade e divulgação de informações; presidência do Conselho Consultivo de Normas do *International Accounting Standards Board* (IASB); membro do Conselho Assessor e Consultivo do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), órgão da Federação Internacional de Contadores, que emite normas internacionais de auditoria.

Para a realização da *survey* efetuou-se contato com os associados do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Em 14 de janeiro de 2011 havia 1.765 pessoas associadas e cadastradas nesta base, sendo 1.348 associados do tipo pessoa física; 371 pessoas associadas por pessoa jurídica de 181 empresas cadastradas; e 46 associados oriundos de 23 patrocinadores associados. Após efetuado o convite três vezes por e-mail chegou-se a uma amostra por acessibilidade de 31 respondentes. Nesta amostra final, consta também os respondentes que contribuíram com a pesquisa quando da visita do pesquisador a um encontro no IBGC para efetuar o convite pessoalmente aos associados.

4.3 CONSTRUCTO

Para validar o instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa, elaborou-se um *constructo*. Martins e Theóphilo (2007, p.35) descrevem que “para explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, elaborar (construir) um *constructo* e operacionalizá-lo”.

Nesse sentido, elaborou-se o *constructo* para demonstrar a forma de operacionalização das variáveis utilizadas na pesquisa, como demonstrado no Quadro 1.

Categorias	Subcategorias	Autores
Tamanho	- Quantidade de conselheiros	BRC (1999); Beasley e Saltério (2001); DeZoort et al. (2002); IBGC (2009a).
Composição (formação)	- Integrantes a) independentes b) externos (<i>grey director</i>) c) internos.	Vicknair, Hickman e Carnes (1993); Beasley (1996); Carcello e Neal (2000); Abbott e Parker (2000), Abbott, Park e Parker (2000); Beasley e Saltério (2001); Goodwin (2003); Krishnan (2005); Bronson et al (2009).
Independência	- Prevenção/regras para conflito de interesses	IBGC (2009b)
	- Uso de informação privilegiada	IBGC (2009b)

Quadro 1 – Constructo da pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores.

As categorias e respectivas subcategorias constantes no Quadro 1 foram identificadas por meio da revisão de literatura e submetidas para avaliação e discussão dos participantes

através do *focus group* e entrevistas.

4.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para a realização do *focus group* foi elaborado um roteiro de questões utilizado para guiar o debate e auxiliar o moderador na condução do *focus group*. Para integrar este roteiro foram elaboradas questões observando-se as categorias e subcategorias definidas no *constructo*. Freitas e Oliveira (2006, p. 337) asseveram que “o roteiro deverá ser preparado a partir de uma lista de questões a serem respondidas, as quais deverão ser organizadas em grupos de tópicos e ordenadas em uma sequência lógica”.

Em relação às entrevistas, o intuito foi discutir e aprofundar as mesmas questões debatidas no *focus group*. A intenção era obter de outras pessoas, com as mesmas características dos participantes do *focus group*, suas percepções sobre o tema discutido. Para tanto, utilizou-se o mesmo roteiro de questões do *focus group*.

Para a aplicação da *survey*, o instrumento de pesquisa utilizado foi elaborado respeitando o mesmo critério utilizado para o *focus group* e as entrevistas, ou seja, observando-se as categorias e subcategorias do *constructo*. O questionário foi dividido nos blocos características dos respondentes, questões relacionadas às categorias tamanho, composição/formação e independência. Com exceção do primeiro bloco, todos os demais apresentam questões fechadas com escala do tipo *Likert* de 7 pontos. Na escala utilizaram-se as seguintes correspondências: (1) discordo totalmente; (2) discordo parcialmente; (3) discordo ligeiramente; (4) não concordo nem discordo; (5) concordo ligeiramente; (6) concordo parcialmente e (7) concordo totalmente. Conforme sugestão advinda do pré-teste e com base em Hair et al. (2005, p. 187), “uma escala de sete pontos também pode ser usada, bem como uma escala de três pontos. Quanto mais pontos você usar, mais precisão obterá quanto à intensidade com que a pessoa concorda ou discorda da afirmação”.

As questões foram elaboradas a partir da revisão de literatura e da análise realizada do *focus group* e das entrevistas. O questionário foi elaborado em arquivo texto e após revisões realizadas das questões ele foi estruturado no *GoogleDocs*®. A versão do questionário do *GoogleDocs*® foi submetida a um pré-teste, com acadêmicos de doutorado, pesquisadores da área contábil e profissionais com conhecimento das funções dos diferentes agentes da GC e foi respondido por nove pessoas. Após a realização do pré-teste do questionário, verificaram-se as respostas obtidas relacionadas à análise do pré-teste e procederam-se os ajustes julgados pertinentes para estabelecer a versão final do questionário.

4.5 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Alguns aspectos foram ponderados para a realização do *focus group*, como local, data, horário, acomodação dos participantes, forma de registro da sessão, condução e tempo da sessão. O *focus group* foi realizado em 22 de novembro de 2010 na cidade de São Paulo, devido o acesso ser mais adequado a todos os convidados e a data representar a melhor acomodação de agenda de todos. Selecionou-se uma sala isenta de ruídos, com iluminação e refrigeração adequada para melhor acomodação dos participantes. Foi estabelecida uma sessão com previsão de duração de uma hora e trinta minutos a duas horas.

O início da sessão ocorreu com a apresentação do pesquisador, que assumiu o papel do moderador, explicando o objetivo e o estágio da pesquisa, bem como o seu papel na condução da sessão. Foi exposto como seria a dinâmica do *focus group*, explicando que os tópicos seriam introduzidos aos participantes e que todas as ideias e opiniões interessam à pesquisa. Além disso, foi exposto da intenção de gravar a sessão em áudio e, posteriormente, transcrevê-la na íntegra. Todos os participantes aceitaram sem nenhuma objeção. Também foi destacado que a qualidade das demonstrações contábeis, neste estudo, se apresenta como demonstrações revestidas das características qualitativas destacadas no CPC 00 (2008) e por

Hendriksen e Van Breda (1999) e livres de gerenciamento de resultados, como forma de alinhamento das concepções conceituais para realização das discussões e entrevistas.

Após esses esclarecimentos efetuados aos participantes, deu-se início à sessão e à gravação do *focus group*, utilizando-se o roteiro de questões. O *focus group* teve duração de 2 horas e 10 minutos.

Para a realização das três entrevistas observou-se também a melhor acomodação das agendas. Também foi exposto o objetivo da pesquisa, a contribuição deles nesse processo, que a entrevista seria gravada e transcrita na íntegra para posterior análise. Tanto o *focus group* como as entrevistas foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo com auxílio do software ATLAS/ti versão 5.0.

Para a análise dos dados obtidos por meio da *survey* optou-se pelo uso da técnica da entropia informacional. A utilização da entropia ocorreu para verificar a quantidade de informações contidas nas questões propostas. Quando o pesquisador espera por uma resposta, geralmente extrema dentro da escala, a técnica pela qual se pode optar é a entropia da informação. Zeleny (1982) define entropia como sendo uma medida da quantidade de informação, que é útil ao se avaliar situações em que há diferentes respostas. Porém, elas não são medidas a partir da média, mas sim a partir de um ponto de referência escolhido pelo pesquisador, transformando cada resposta como sendo uma probabilidade dentro de um conjunto, fazendo com que respostas idênticas as esperadas não causem “surpresas”. As que causam “surpresas” por se afastarem daquilo que seria esperado pelo pesquisador acabam avaliando a quantidade de informação contida em uma pergunta ou em um conjunto delas. A fórmula do cálculo da entropia da informação pode ser apresentada seguindo alguns passos apontados por Zeleny (1982): Sejam $d_i = (d_i^1, d_i^2, \dots, d_i^m)$ os valores normalizados, em que:

$d_i^k = \frac{x_i^k}{x_i^*}$, caracteriza o conjunto D, em termos do i-ésimo atributo.

$$D_i = \sum_{k=1}^m d_i^k; i = 1, 2, \dots, n$$

Define-se . A medida de entropia do contraste de intensidade

para o i-ésimo atributo é calculado por $e(d_i) = -\alpha \sum_{k=1}^m \frac{d_i^k}{D_i} \ln \left(\frac{d_i^k}{D_i} \right)$, em que $\alpha = \frac{1}{e_{\max}} > 0$ e

$e_{\max} = \ln(m)$. Lembrando ainda que $0 \leq d_i^k \leq 1$ e $d_i^k \geq 0$.

Caso todos os d_i^k forem iguais para um dado i, então $\frac{d_i^k}{D_i} = \frac{1}{n}$ e $e(d_i)$ assume o valor

máximo, isto é, $e_{\max} = \ln(m)$. Ao se fixar $\alpha = \frac{1}{e_{\max}}$, determina-se $0 \leq e(d_i) \leq 1$ para todos os d_i 's. Essa normalização é necessária para efeito comparativo.

$$E = \sum_{i=1}^n e(d_i)$$

A entropia total de D é definida por:

Quanto maior for $e(d_i)$, menor é a informação transmitida pelo i-ésimo atributo. Caso $e(d_i) = e_{\max} = \ln(m)$, então o i-ésimo atributo não transmite informação e pode ser removida da análise decisória. Devido ao peso $\tilde{\lambda}_i$ ser inversamente relacionado a $e(d_i)$, usa-se $1 - e(d_i)$ ao

invés de $e(d_i)$ e normaliza-se para assegurar que $0 \leq \tilde{\lambda}_i \leq 1$ e $\sum_{i=1}^n \tilde{\lambda}_i = 1$.

Assim, a entropia da informação pode ser representada por:

$$\tilde{\lambda}_i = \frac{1}{n - E} [1 - e(d_i)] = \frac{[1 - e(d_i)]}{n - E}$$

Todos os passos para o cálculo da entropia apresentados foram seguidos e posteriormente analisados para as categorias tamanho, composição/formação e independência.

5 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

A análise ocorre em dois momentos. No primeiro deles analisam-se os dados obtidos no *focus group* e nas entrevistas. Nesta etapa será possível verificar uma percepção conjunta dos diferentes agentes internos da GC quanto às características e ações do tipo tamanho, composição/formação e independência, dos diferentes agentes internos da governança corporativa, que podem influenciar na qualidade das demonstrações contábeis. Esta constatação dará respaldo para o momento seguinte da análise que é aplicação do questionário com perguntas efetuadas com base na literatura, *focus group* e entrevistas.

5.1 ANÁLISE DO *FOCUS GROUP* E ENTREVISTAS

Esta análise ocorrerá em torno das discussões e debates das categorias tamanho, composição/formação e independência. Aleatoriamente denominou os participantes do *focus group* e das entrevistas de “participantes” que receberam a numeração de 1 a 7.

As discussões ocorridas em torno do tamanho dos órgãos de GC geraram inicialmente um entendimento de que não há números ideais de quantidade de membros que contemplassem o conselho de administração, comitês de auditoria e conselhos fiscais. O tamanho de cada órgão, na visão dos participantes, depende da dinâmica de cada empresa. Esse entendimento pode ser observado no seguinte relato:

Participante 6: Eu não acredito em números ideais, eu acho que nós estamos no fundo discutindo uma coisa que começou muito subjetiva e hoje é uma disciplina de estudo no campo da administração, que é a cultura organizacional, e cultura organizacional é um pouco de psicologia empresarial. Então não existe, ao meu ver, número mágico, que tal número é o ideal.

Por outro lado, esse entendimento da não existência de um número ideal de membros se encaminhou para algumas observações no que tange a órgãos com número pequeno e grande de membros. Especificamente ao conselho de administração, verificou-se que um número pequeno de membros pode incorrer em aspectos que conduzem a uma perspectiva única de análise, sem uma discussão saudável que reúna diversas experiências e visões. Isso pode ser observado pela exposição de dois participantes:

Participante 1: Se o conselho for muito pequeno, uma tendência é você limitar a experiência, diversidade de experiência, de visões. Isso pode gerar uma coisa que se chama inclusive de *group think*, que é um viés de pensamento coletivo em que as pessoas, ao invés de funcionar como colegiado, o conselho funciona como se fosse uma pessoa só, todo mundo pensa mais ou menos igual.

Participante 4: Muito pequeno, você corre o risco de não ter exposição, na reflexão.

Embora tais observações possam dar uma percepção de que conselhos de administração com uma quantidade grande de membros possa ser o ideal, houve posicionamentos dos participantes do *focus group* e das entrevistas, de que conselhos grandes geram improdutividade:

Participante 4: Muita gente tem problema de produtividade, então na minha cabeça, muito pequeno, você corre o risco de não ter exposição na reflexão, e muito grande,

fica improdutivo de fato, é mais cumprir alguma tabela, acaba ficando improdutivo.
Participante 2: Eu não acho que é da quantidade que faz muita diferença. Talvez um grande grupo possa trazer certa ineficiência em produtividade, quanto menor o grupo, pode estar direcionando.

Mesmo com essa discussão da inexistência de um número ideal de membros no conselho de administração, houve posicionamento do que pode ser considerado um número adequado neste conselho, como pode ser observado na seguinte exposição:

Participante 5: Não vejo como o conselho de administração funcionar, como uma empresa normal com ações mercado, com menos do que cinco. Mas se passar de oito ou dez, daí a mesma coisa, não funciona, minha experiência é essa aí.

Embora o posicionamento de que um conselho de administração não deva ser pequeno, como exposto pelo participante 5, seu número também apresentou um limite para que problemas de funcionalidade não ocorram. Esse entendimento é divergente do participante 7, quando o mesmo extrapola o número dado como limite pelo participante 5:

Participante 7: Eu acho que um conselho de administração tem que ter muita gente mesmo, um conselho de administração enxuto é ruim. Tem que ser um conselho de administração com diversidade de formação, de *expertise* e que tenha um número bastante adequado de gente, de pessoas. Eu acho que os números definidos pelas regras, doze e quinze, estejam de bom tamanho.

Denota-se que o relato do participante 7 diverge das demais observações destacadas sobre o tamanho do conselho de administração. O mesmo define número mais elevado, porém, aborda um aspecto observado também pelo participante 1, no que tange ao benefício da diversidade de formação e *expertise*.

Percebe-se que não há um consenso dos participantes do *focus group* e das entrevistas quanto à quantidade de pessoas no conselho de administração. Existem aspectos em que um conselho grande pode gerar problemas operacionais quando o consenso desse órgão nas decisões fica prejudicado, mas, por outro lado, tem-se a riqueza da diversidade de opiniões advindas das diferentes experiências que cada membro traz consigo. O relato de um dos participantes, mediante observação ao longo de sua experiência profissional, retrata estes dois pontos de vista:

Participante 6: Já vi excelentes grupos de 100 pessoas produzirem resultados atraentes, satisfatórios, e já vi grupo de 5 pessoas produzirem resultados pífios, então não é o número em si. Você tem que unir a quantidade de pessoas, a qualidade das pessoas que estão compondo essa quantidade, e o processo. Essas três coisas juntas que fazem a eficácia de um conselho.

Infere-se que, diante da exposição efetuada pelo participante 6, outros fatores contribuem na composição do conselho de administração além do tamanho, como a qualidade e o processo. A qualidade dos membros refere-se a um aspecto discutido na categoria “composição/formação”, observando-se aqui uma relação entre tamanho e composição/formação, abordado adiante.

Quando se trata do comitê de auditoria e conselho fiscal, pode-se observar um direcionamento mais efetivo quanto ao número de membros nesses órgãos de governança.

Participante 5: De 3 a 5 membros. Os mais eficazes trabalham com 3 membros. Quando o comitê é pequeno, parece que as pessoas se concentram muito mais na sua responsabilidade. Algum tempo atrás eu achava que quanto mais era melhor, mas a minha experiência é que um número grande, se tiver mais do que cinco, esquece que não vai funcionar. Cinco para mim, já é um número grande para esse conselho.

Participante 6: Tenho encontrado comitês de 3 a 5 pessoas. A regra de ouro é que o número seja ímpar. Não tenho encontrado comitê com mais de 5 pessoas. Comitê de auditoria pode funcionar perfeitamente bem com 3 a 5.

Verifica-se que o tamanho do comitê de auditoria apresenta-se delineado em torno de 3 a 5 membros. Esse número converge com o que determina o relatório de recomendações sobre melhorias na eficácia dos comitês de auditoria do *Blue Ribbon Committee* (1999) que menciona três ou mais participantes neste órgão.

No que tange aos aspectos relacionados à categoria composição/formação dos órgãos de GC, a análise é efetuada em relação a classes de membros independentes, externos e internos.

Mediante discussão dos participantes no *focus group* e das entrevistas, existe um entendimento de que a composição/formação do conselho de administração deva ser por membros independentes, como pode ser observado nos relatos a seguir:

Participante 6: Eu sou amplamente favorável, tanto no conselho de administração quanto no comitê de auditoria, você ter, se não a totalidade, a maioria de membros independentes. Acho que isso agrega qualidade ao conselho.

Participante 5: Conselho de administração não faz nenhum sentido se não tiver membros independentes!

Da mesma forma, este entendimento é aplicado para o comitê de auditoria. No caso deste órgão de GC, o entendimento é mais flexível, ou seja, pode-se ter membros internos participando deste órgão, desde que a maioria ainda seja composta de membros independentes.

Participante 5: Se for comitê de auditoria é necessário que a maioria seja membros independentes também. Não precisa ser todos, mas você não pode admitir mais que uma pessoa interna. Minhas experiências. O conselho fiscal não, porque no conselho fiscal obrigatoriamente são todos independentes.

Participante 6: Se o comitê de auditoria deve ser feito só de conselheiros?! A minha resposta é não, o modelo de você ter o comitê de auditoria composto exclusivamente de membros do conselheiro de administração, na minha opinião, é um modelo que não deveria ser obrigatório. Apesar de nos Estados Unidos ser obrigatório, esse modelo tem funcionado muito bem no Brasil.

Quando o participante 5 menciona que a composição para o conselho fiscal deve ser obrigatoriamente composta por membros independentes, faz-se a relação com o § 2º do art. 162 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que estabelece:

Não podem ser eleitos para o conselho fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147, membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.

Com este impedimento tratado pela Lei 6.404/76, membros internos não podem compor o conselho fiscal. Porém, o conceito de membros externos não é alcançado pela lei, pois um ex-diretor ou ex-funcionário poderia compor o quadro de membros do conselho.

Outro aspecto observado pelo participante 6, no que se refere a ter como membros do comitê de auditoria somente integrantes do conselho de administração, pode contribuir para determinar o tamanho do conselho de administração, item discutido na categoria tamanho:

Participante 6: Para você ter cinco membros no comitê de auditoria, que seja membros natos do conselho de administração, esse é um dos estímulos para você ter um conselho de administração grande.

De modo geral, observa-se que o entendimento de ter membros independentes nos órgãos de GC converge com as pesquisas de Vicknair, Hickman, e Carnes (1993); Beasley (1996); DeZoort e Salterio (2001); Klein (2002); e relatórios de práticas de boas práticas de governança corporativa, como BRC (1999) e IBGC (2009b, 2010).

Na dimensão independência as discussões ficaram em torno da subcategoria de uso de informação privilegiada pelos participantes. Pode-se verificar inicialmente, que no entendimento dos participantes, o uso de informação privilegiada não é um problema contábil ou de qualidade das demonstrações contábeis, conforme observado:

Participante 5: A figura da informação privilegiada não é um problema de contabilidade e um problema de qualidade das demonstrações contábeis. O problema é o uso da informação privilegiada para benefício próprio.

Participante 6: A informação privilegiada não tem uma relação direta na qualidade da informação contábil, porque a informação privilegiada é o uso da informação contábil.

Observa-se nas exposições feitas pelos participantes, que na essência, a informação privilegiada não se configura em um problema da contabilidade e não tem impacto na qualidade das demonstrações contábeis. Entende-se que a informação privilegiada existe e que se deve cuidar com o uso que pode ser feito dela. Esse aspecto pode ser percebido nas seguintes explicações:

Participante 6: Ter informação privilegiada não é crime. Crime é usá-las, porque quando você usa a informação privilegiada você evita prejuízos ou se apropria de ganhos.

Participante 5: Para vender ação, comprar ação, para tomar lugar do fornecedor, dizendo determinada informação para um banco: Olha a empresa está querendo um empréstimo com essa característica! Coisas dessa natureza, não há problema contábil.

Ações relacionadas a evitar o uso de informações privilegiadas foram abordadas nas discussões, uma vez que ela existe e que se devem ter medidas para evitá-la.

Participante 5: A empresa precisa ter os seus mecanismos que evitem o uso da informação privilegiada. Por exemplo: solicitar informações sobre investimentos das pessoas que detêm informação privilegiada, saber se elas estão negociando ou não.

(...) Dentro da empresa o que ela precisa fazer é criar, cultivar e sempre lembrar a responsabilidade das pessoas que detêm informação privilegiada.

A criação de mecanismos para evitar o uso de informação privilegiada, observada pelo participante 5, é mencionada pelo IBGC (2009, p. 69) ao relatar que “a organização deve também dispor, em documento específico, sobre os procedimentos a serem observados para evitar ou punir o uso indevido dessas informações”.

Efetuada a análise das categorias utilizadas no estudo por meio do *focus group* e das entrevistas, verificou-se que na categoria Tamanho as discussões abrangeram o número de membros nos órgãos de GC, que a quantidade pequena de conselheiros gera viés/consenso nas decisões, que a quantidade grande de conselhos gera improdutividade, porém há o benefício na diversidade, por meio do *expertise* dos membros.

Na categoria Composição/Formação, as discussões nortearam que o conselho de administração e o comitê de auditoria devem ser predominantemente compostos por membros independentes.

Por fim, na categoria independência, discutiu-se o uso da informação privilegiada não

se consubstancia em problema da contabilidade, mas que deve haver mecanismos para evitar o uso deste.

5.2 ANÁLISE DA SURVEY

Neste tópico é realizada a descrição e análise dos dados obtidos por meio da *survey*. Ressalta-se que as questões efetuadas no questionário são oriundas de uma revisão de literatura dos autores mencionados no *constructo*, dos resultados obtidos do *focus group*, das entrevistas e das observações efetuadas no pré-teste do questionário.

a) Caracterização dos respondentes

O perfil dos 31 respondentes da pesquisa corresponde a 74% de gênero masculino e 26% de feminino. Em relação ao grau de escolaridade, verifica-se uma predominância de mestres. Dos 46% de mestres, 57% possuem sua titulação em Administração, 14% em Ciências Contábeis e com 7% cada, apresentam-se os respondentes com mestrado em Direito, em Economia e em Engenharia Elétrica.

Constatou-se também que 71% dos respondentes fazem parte de um conselho de administração, 39% são participantes do Comitê de Auditoria e 23% do Conselho Fiscal. Com menor participação, encontra-se a Auditoria Independente, com 6%; a Auditoria Interna, o Conselho Consultivo, a Assessoria ao conselho fiscal e ao comitê de auditoria, Relacionamento com Investidores e o Comitê de riscos, recursos humanos e finanças, com 3% cada.

Ao se analisar a média de tempo de atuação nos órgãos de GC, verifica-se que o Conselho de Administração, tem 4,3 anos em média de participação pelos respondentes. O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria apresentam respectivamente uma média de 2,4 e 2,2 anos de participação dos respondentes nestes órgãos de GC.

b) Análise por meio da entropia informacional

A análise ocorreu por meio da entropia da informação com o intuito de verificar quais são as questões que apresentaram maior variabilidade nas respostas no conjunto de questões através da escala utilizada. A Tabela 1 evidencia o resultado das categorias tamanho, formação/composição e independência.

Observa-se na Tabela 1, que o maior $e(di)$ está nas questões 8 e 9, ambas com 0,9991, ou seja, estas duas questões possuem a menor informação transmitida. Para Zeleny (1982), quanto maior for o $e(di)$, menor é a informação transmitida e quanto mais próximo de zero for o $e(di)$, maior o grau de entropia presente na questão.

A questão 8, que menciona a independência da auditoria externa, e a questão 9, que menciona a elaboração de normas disciplinares que apontem procedimentos a serem observados na utilização de informações privilegiadas para benefício próprio ou de terceiros, ambas pertencentes a categoria independência. Destaca-se que além das questões apresentarem pouca dispersão nas respostas, a concentração das mesmas ficou com uma pontuação elevada, próxima a 7. Da mesma forma, a questão 7, que menciona a existência de regras que garantam o afastamento de pessoas em situação de conflito de interesses das discussões e deliberações, mostrou-se com entropia de 0,9882, também considerada no conjunto das questões analisadas uma baixa entropia.

O resultado demonstra que há um consenso entre os respondentes sobre características e ações atreladas a categoria independência e que esta impacta na qualidade das demonstrações contábeis.

Tabela 1 – Entropia informacional das categorias tamanho, formação/composição e independência

Nº	Categoria	Questões	Entropia e(d _i)	Peso da questão	Média
1	Tamanho	A definição do número de membros de cada órgão de governança tem impacto relevante na qualidade das demonstrações contábeis.	0,9643	0,1033	3,22
2	Tamanho	A quantidade de conselheiros independentes está diretamente relacionada com a qualidade das demonstrações contábeis.	0,9218	0,2260	3,44
3	Formação/ Composição	A diversidade dos membros do conselho de administração (idade, gênero) está diretamente ligada à qualidade das demonstrações contábeis.	0,9641	0,1037	4,78
4	Formação/ Composição	O comitê de auditoria deve ser composto exclusivamente por membros do conselho de administração.	0,9134	0,2503	3,67
5	Formação/ Composição	O comitê de auditoria deve ser composto exclusivamente por membros independentes.	0,9598	0,1161	4,67
6	Formação/ Composição	O comitê de auditoria pode ser composto por membros do conselho de administração desde que a maioria do conselho seja de membros independentes.	0,9358	0,1858	3,44
7	Independência	A existência de regras que garantam o afastamento de pessoas em situação de conflito de interesses das discussões e deliberações dessa situação contribui positivamente para a qualidade das demonstrações contábeis.	0,9967	0,0097	6,11
8	Independência	A independência da Auditoria Externa (relacionado a faturamento, relações pessoais de pessoas-chave etc.) contribui para a qualidade das demonstrações contábeis.	0,9991	0,0025	6,78
9	Independência	Deve-se elaborar normas disciplinares que apontem procedimentos a serem observados na utilização de informações privilegiadas para benefício próprio ou de terceiros.	0,9991	0,0025	6,78
Total			8,6541	1,0000	

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma divergente, nas questões 2, 4 e 6 ocorreram as maiores variações nas respostas, como se observa no Gráfico 1.

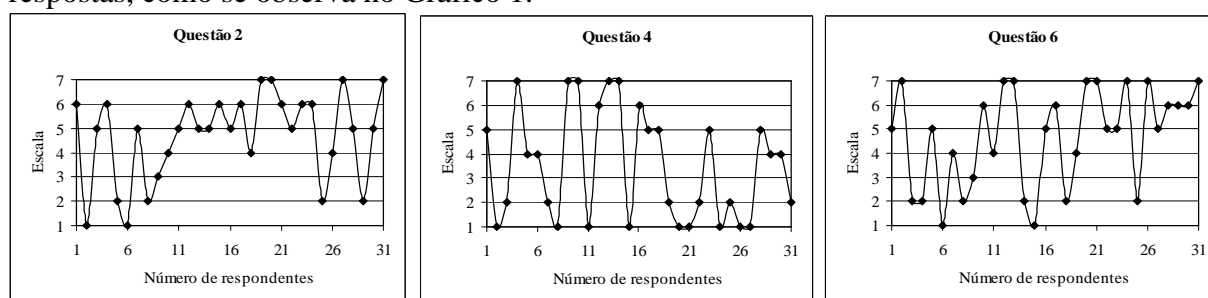


Gráfico 1 – Gráfico das questões com maior entropia informacional

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se no Gráfico 1 que as respostas apresentam-se dispersas, como evidenciado pelos e(d_i)s das questões. Entretanto, verifica-se que as questões possuem respostas que pontuaram a nota máxima da escala e outras a escala mínima. Neste aspecto, podem ser desenvolvidas outras investigações acerca da quantidade de conselheiros independentes, do comitê de auditoria ser composto exclusivamente por membros independentes e por membros do conselho de administração. Afirmar que estas características e ações não refletem na qualidade das demonstrações contábeis pode ser equivocada, haja vista as diferentes respostas efetuadas na escala máxima. A aplicação da entropia informacional destacou esta percepção,

Nas categorias tamanho e formação/composição, embora no *focus group* e entrevistas tenham se mostrado como categorias que refletem na qualidade das demonstrações contábeis, na *survey*, por meio da entropia, concluiu-se que são necessários investigações futuras dadas as dispersões identificadas nas respostas.

Sugere-se como pesquisa futura identificar novas categorias relacionadas às características e ações dos agentes internos da GC e verificar como estas podem ter reflexos na qualidade das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Lawrence J.; PARK, Yong; PARKER, Susan. The effects of audit committee activity and independence on corporate fraud. **Managerial Finance**. v. 26, n. 11, p. 55-67, 2000.
- ABBOTT, Lawrence J.; PARKER, Susan. Auditor selection and audit committee characteristics. **Auditing**. v. 19, n. 2, p. 47-68, Fall 2000.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BEASLEY, Mark S. An empirical analysis of the relation between the board of director composition and financial statement fraud. **The Accounting Review**. v. 71, n. 4, p. 443-465. Oct. 1996.
- BEASLEY, Mark S.; CARCELLO, Joseph V.; HERMANSON, Dona R. Fraudulent financial reporting: consideration of industry traits and corporate governance mechanisms. **Accounting Horizons**. v. 14, n. 4, p. 441-454. Dec, 2000.
- BEASLEY, Mark S.; PETRONI, Kathy R. Board independence and audit-firm type. **Auditing**. v. 20, n. 1, p. 97-114. March, 2001.
- BLUE RIBBON COMMITTEE. **Reporting and recommendations of the Blue Ribbon Committee on improving the effectiveness of corporate audit committee**. New York: New York Exchange and National Association of Securities Dealers. 1999.
- BRASIL. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em 12 abr. 2011.
- BRONSON, Scott N., CARCELLO, Joseph V.; HOLLINGSWORTH, Carl W.; NEAL, Terry L. Are fully independent audit committees really necessary? **Journal of Accounting and Public Policy**. v. 28, n. 4, p. 265-280, 2009.
- CARCELLO, Joseph V.; NEAL, Terry L. Audit Committee composition and auditor reporting. **The Accounting Review**. v. 75, n.4, p. 453-467, Oct. 2000.
- COHEN, Jeffrey; KRISHNAMOORTHY, Ganesh; WRIGHT, Arnie. The corporate governance mosaic and financial reporting quality. **Journal of Accounting Literature**. v. 23, p. 87-152. 2004.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Brasília, 2008.
- DECHOW, Patricia M.; SLOAN, Richard G.; SWEENEY, Amy. Causes and consequences of earnings manipulation: an analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. **Contemporary Accounting Research**. v. 13, n. 1, p. 1-36. Spring, 1996.
- DEZOORT, F Tood; HERMANSON, Dana R.; ARCHMBAULT, Deborah S. e REED, Scoot A.. Audit committee effectiveness: a synthesis of the empirical audit committee literature. **Journal of Accounting Literature**. v. 21, p. 38-75, 2002.
- DEZOORT, F Tood; SALTERIO, Steven E. The effects of corporate governance experience and financial-reporting and audit knowledge on audit committee members' judgments. **Auditing**. v. 20, n. 31, p. 18-49. Sep. 2001.
- FERN, Edward F. The use of focus group for Idea generation: the effects of group size,

acquaintanceship, and moderator on response quantity and quality. **Journal of Marketing Research**. v. XIX, Feb., p. 1-13, 1982.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mirian. Focus group: instrumentalizando o seu planejamento. In.: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

HAIR, JR. Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michel F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. São Paulo, SP: IBGC, 2009a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia de orientação para melhores práticas de comitês de auditoria**. São Paulo, SP: IBGC, 2009b.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of Firm: managerial behavior, agency cost, and Ownership Structures. **Journal of Financial Economics**. v. 3, n. 4, p. 303 – 431, 1976.

KLEIN, April. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**. v. 33. p. 375-400, 2002.

KRISHNAN, Jayanthi. Audit Committee quality and internal control: an empirical analysis. **The Accounting Review**. v. 80, n. 2, p. 649-675, 2005.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

McMULLEN, Dorothy Ann. Audit committee performance: an investigation of the consequences associated with audit committees. **A Journal of Practice & Theory**. v. 15, n. 1, p. 87-103, Spring, 1996.

PAULO, Edilson. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações de debêntures pelas companhias abertas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...São Paulo: FEA/USP, 2009. CD-ROM**.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. A survey of corporate governance. **The Journal of finance**. v. 52, n. 2, p. 737-784. jun. 1997.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. 2004. 254 fls. Tese (Doutorado em Administração) - Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SLOAN, Richard G. Financial accounting and corporate governance: an discussion. **Journal of Accounting and Economics**. v. 32, p. 335-347, 2001.

SUTTON, Michael H. Financial reporting at a crossroads. **Accounting Horizons**. v. 16, n. 4, p. 319-328, 2002.

TINN, Sheila. An analisys of the effectiveness of focus groups as a method of qualitative data collection with Chinese populations in nursing research. **Journal of Advanced Nursing**. v. 28, n.3, p. 654-661, 1998.

VICKNAIR, David; HICKMAN, Kent e CARNES, Kay C. A note on audit committee independence: evidence from the NYSE on “grey” area directors. **Accounting Horizons**. v. 7, n. 1, p. 53-57. 1993.

ZELENY, Milan. **Multiple criteria decision making**. New York: McGraw-Hill, 1982.